

A escola menonita de Curitiba: manutenção da identidade étnica e religião

Mennonite school of Curitiba: maintenance of ethnic identity and religion

Valquíria Elita Renk*
Fabio Henrique Oliveira da Cruz**

Resumo: Neste artigo pretende-se analisar a Escola do Boqueirão, da Comunidade Menonita de Curitiba. Menonitas é um grupo étnico alemão, anabatistas, que vieram ao Brasil nos anos de 30, oriundos da Rússia. O objetivo é compreender a experiência de escolarização numa comunidade étnica e a importância da escola na manutenção da identidade cultural. As questões de pesquisa são: como se caracterizava esta escola? Como a escola era um espaço que contribuiu na manutenção da identidade étnica? Como a nacionalização marcou os ex-alunos desta escola? O recorte temporal é de 1936 até 1948, quando fundaram a escola comunitária, que foi fechada pela nacionalização compulsória do Governo Vargas e reaberta. A escola foi importante espaço de manutenção da identidade étnica, como o ensino em língua alemã e os valores religiosos. As fontes de pesquisa são a legislação educacional, os periódicos editados pela comunidade menonita: Bible und Flug (A Bíblia e o Arado) e Die Brücke (A Ponte), arquivos particulares com os livros de memória, também entrevistas e depoimentos com ex-alunos desta escola. Estas fontes possibilitam a análise do processo de escolarização dos menonitas. Os fundamentos teóricos são: As Teorias da Etnicidade de Poutignat e Streiff-Fenart (1998) instrumentalizam para entender as relações entre os grupos étnicos; Barth (1969) que conceitua grupo étnico e subsidia a compreensão e manutenção da identidade étnica; Seyferth (1996) possibilita compreender a política migratória brasileira e a formação das colônias étnicas; Kreutz (1981, 2004) analisa a importância da escola para os imigrantes, no Brasil; Renk (2004, 2009) analisa o processo de nacionalização das escolas étnicas no Paraná, nas primeiras décadas do século XX; Maske (1999, 2004) analisa o processo de escolarização da

* Doutora em Educação. Docente no mestrado em Bioética na PUCPR. Curitiba, PR. *E-mail:* valquiria.renk@pucpr.br

** Mestrando em Teologia na PUCPR. Curitiba, PR. *E-mail:* fabioho@hotmail.com

comunidade menonita no Brasil e no Paraguai e possibilita compreender a importância da vida comunitária e do legado cultural.

Palavras-chave: Educação. Escolas étnicas. Menonitas. Legado cultural.

Abstract: This article aims to analyze Boqueirão School, in the Mennonite Community in Curitiba. The Mennonites are a German ethnic group, Anabaptists, who came to Brazil in the 1930's, from Russia. The aim is to understand the schooling experience in an ethnic community and the importance of the school in maintaining the cultural identity. The research questions are: how was this school characterized? How was the school a space that contributed in maintaining the ethnic identity? How did nationalization mark the alumni from this school? The time frame is from 1936 to 1948, when the community school was founded, which was closed by the compulsory nationalization of the Vargas Government and then reopened. The school was an important space for the maintenance of the ethnic identity, such as teaching the German language and religious values. The research sources are the educational legislation, the journals published by the Mennonite community: Bible und Flug (The Bible and the Plow) and Die Brücke (The Bridge), private files with memory books, as well as interviews and testimonials with the alumni from this school. These sources allow the analysis of the Mennonites' educational process. The theoretical foundations are: The Theories of Ethnicity by Poutignat and Streiff-Fenart (1998) are equipped to understand the relationships between ethnic groups; Barth (1969) conceptualizes ethnic group and subsidizes the understanding and maintenance of the ethnic identity; Seyferth (1996) allows us to understand the Brazilian immigration policy and the formation of ethnic colonies; Kreutz (1981, 2004) analyzes the importance of the school for the immigrants, in Brazil; Renk (2004, 2009) analyzes the nationalization process of the ethnic schools in Parana, in the first decades of the twentieth century; Maske (1999, 2004) examines the educational process of the Mennonite community in Brazil and Paraguay and allows us to understand the importance of the community life and cultural legacy.

Keywords: Education. Ethnic schools. Mennonites. Cultural legacy.

Introdução

Neste artigo discute o processo de escolarização comunitária dos imigrantes Menonitas em Curitiba, de 1936 e 1948. Os menonitas chegaram a Curitiba em 1931 e a comunidade construiu a 'Escola

Boqueirão', cuja experiência como escola étnica foi tênue, até ser fechada pela nacionalização compulsória do governo Vargas. Era uma escola à margem do aparelho estatal e as expectativas da comunidade, priorizando as aulas em língua alemã e o ensino religioso. Neste sentido, a escola era um espaço de manutenção da identidade cultural do grupo.

Pretende-se compreender a experiência de escolarização numa comunidade étnica e a importância da escola na manutenção da identidade cultural. Para tanto, os questionamentos de pesquisa são: Como a escola era um espaço que contribuiu na manutenção da identidade étnica? Como a nacionalização marcou os ex-alunos desta escola?

As fontes de pesquisa são os documentos públicos, como a legislação escolar, que trazem a posição oficial do Estado sobre as escolas étnicas e o processo de nacionalização. A posição dos menonitas está representada nos documentos escritos por membros da comunidade, nos periódicos e nas fontes orais, que comunicam a trajetória do grupo. Os periódicos consultados, são *Bible und Pflug* (Bíblia e o Arado), editado mensalmente desde 1954 e o periódico *Die Brücke (A Ponte)*, publicado bimensalmente de maio de 1932 a dezembro de 1936, com uma interrupção no ano de 1935. Os periódicos foram de grande valia para conhecer parte da cultura e da organização escolar, uma vez que os documentos sobre a organização da Escola Boqueirão foram destruídos no período Vargas. Não menos importantes também são as fontes orais, através das entrevistas e dos depoimentos de membros da comunidade que vivenciaram a experiência da nacionalização. Os depoentes¹ são membros da comunidade que vivenciaram a experiência da nacionalização compulsória quando estavam na escola. Seus relatos possibilitaram conhecer a experiência da nacionalização e os constrangimentos decorrentes deste processo.

O cotejamento das fontes permite que se compreenda a importância da escolarização para os menonitas como espaço de preservação da identidade cultural; que se analise a importância da língua alemã como elemento de manutenção da identidade étnica e da importância da língua nacional para o Estado. Neste sentido, as fontes permitem diferentes 'olhares' para a educação na escola étnica: o olhar oficial do Estado através

¹ Para preservar a identidade, os entrevistados serão identificados com a primeira letra do nome.

da política de nacionalização e da legislação escolar e o olhar dos sujeitos que viveram a nacionalização compulsória e foi o alvo destas políticas.

Para este artigo, adota-se o conceito de grupo étnico o de Barth (1969), que subsidia a compreensão e manutenção da identidade étnica. As Teorias da Etnicidade de Poutignat e Streiff-Fenart (1998) nos instrumentalizam teoricamente para entender as relações entre os grupos étnicos, os processos de manutenção da identidade étnica. Desta forma os grupos étnicos selecionam traços culturais significativos da identidade, que marcarão a diferença ante outros grupos étnicos. Neste sentido, as identidades étnicas são relacionais e, nas situações de emergência, tornam-se mais visíveis. Seyferth (1996) possibilita compreender a política imigratória brasileira e a formação das colônias étnicas. Para se compreender a experiência escolar étnica, Kretuz (1981, 2004, 2010) analisa a importância da escola para os imigrantes, no Brasil; Renk (2004, 2009) discute o processo de nacionalização das escolas étnicas no Paraná, nas primeiras décadas do século XX; Maske (2004) contribui com a pesquisa e análise do processo de escolarização da comunidade menonita no Brasil e no Paraguai e mostra a importância da vida comunitária e do legado cultural.

Da Europa para o Brasil

Desde o final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, a política de imigração do Brasil buscava ocupar os espaços com vazios demográficos e também produzir gêneros alimentícios. O imigrante ideal era o camponês, o que cultivasse terra com o trabalho familiar, em pequena propriedade, tirasse o sustento da terra e vendesse o excedente. (SEYFERTH, 1996). Esta autora analisa que os imigrantes europeus contribuiriam para construir a nação branca do futuro. “Trata-se de uma construção racial, clarear a pele do futuro.” (p. 49).

O Paraná acolheu mais de cem mil imigrantes europeus, entre eles alemães, italianos, poloneses, ucranianos russos e outros, desde o século XIX até o ano de 1934. (MARTINS, 1955; FUGMANN, 2008). Para ocupar o vazio demográfico e suprir a necessidade de produção de gêneros alimentícios, o governo da época os organizou em colônias étnicas.

¹ Esta expressão não possui tradução direta em língua portuguesa. Por vezes está associada à atividade do intelecto ou da razão.

Os menonitas chegam ao Brasil nos anos 30, em decorrência da Revolução Russa. Instalaram-se em Santa Catarina e só posteriormente parte do grupo remigrou para Curitiba. A língua alemã e a religiosidade foram elementos culturais importantes que os menonitas preservaram no Brasil, como elementos de manutenção da identidade étnica. Nas migrações os grupos migram não abandonam a sua cultura e nos contatos interétnicos a etnicidade emerge e a cultura se torna contrastiva. (CUNHA, 1986). Barth (1969) conceitua que o grupo étnico se perpetua biologicamente, partilha de valores culturais fundamentais, se identifica e é identificado por outros. Nesta concepção, os menonitas são considerados um grupo étnico germânico.

Quem são os menonitas?

No contexto das Reformas Europeias no século XVI, surgiu um movimento religioso radical, os Anabatistas, liderados por Menno Simons (1496-1531). Os menonitas se constituíram como um grupo religioso bastante fechado: rejeitavam o contato com o mundo secularizado, formando colônias fechadas autogovernadas. (MASKE, 2004). A solidariedade foi elemento importante de identificação, de proteção e de sobrevivência. No século XVII, devido à perseguição religiosa, saíram do norte da Alemanha para a Holanda e posteriormente se estabeleceram na Prússia Ocidental. Ali permaneceram por mais de 200 anos e “solidificaram a formação de sua identidade como grupo religioso e étnico, adotando o *Hochdeutsch* [alemão],² como língua pública do grupo, sem excluir o *Plattdeutsch* [dialeto] da esfera privada”. (MASKE, 2004, p. 29).

No século XVIII, aceitaram o convite da Imperatriz Catarina II, para se estabelecerem no Sul da Rússia, onde trabalharam na agricultura. Apesar de morarem na Rússia, mantinham uma identidade étnica distintiva: se expressavam em língua alemã, criaram cooperativas, hospitais, asilos, igrejas e escolas. Tinham uma vida independente da comunidade externa. Mantiveram a identidade étnica religiosa menonita. Castells (2002, p. 23) afirma que “a construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, instituições

² Hochdeutsch, cuja tradução é “alto alemão” é a língua alemã gramatical, língua padrão e o *plattdeutsch* cuja tradução é “baixo alemão” atualmente é entendido como um dialeto, mas era uma forma de expressão linguística usada em regiões da Alemanha antes da reforma da língua alemã.

produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais; pelos aparatos do poder e revelações de cunho religioso”.

Com a Revolução Russa, foram perseguidos e emigraram ao Brasil, em 1930. Aqui chegaram 1.245 menonitas e ocuparam as terras no Vale do rio Krauel e Stoltzplateau no alto da Serra, em Santa Catarina. “[...] criando colônias, cooperativas, igrejas, escolas e hospitais e dando exemplo de infraestrutura sadia de uma comunidade, tendo por lema: ‘Um por todos e todos por um’”. (DYCK, 1992, p. 414). O associativismo, importante forma de organização nas colônias de imigrantes de diversas etnias, também foi fundamental para a organização dos menonitas no Brasil. (KREUTZ, 1991; SEYFERTH, 1981; RENK, 2004; LOEWEN, 1980).

A manutenção da identidade étnica e religiosa

Em Curitiba construíram a escola comunitária, denominada Escola Boqueirão, inaugurada em 26 de março de 1936, demonstrando a importância da escola e da escolaridade. (DYCK, 1992). A tradição da escola remonta à época em que o grupo vivia na Europa, onde construíram uma rede escolar com mais de 300 escolas.³ O ensino religioso e a língua alemã, (mais especificamente no dialeto alemão *plattdeutsch*) eram ministrados, na escola, como elementos de identidade menonita.

A língua alemã era a língua materna deste grupo, elemento fundamental para a manutenção da identidade étnica, era aprendida em casa, falada na igreja, na escola, na comunidade e lida nos jornais.

A língua não era considerada mero instrumento de transmissão, mas, simbolizava os Evangelhos. [...] A fusão dos valores religiosos e étnicos motivava a oposição à perda da cultura germânica, cuja base era religiosa e que determinava em grande escala a organização escolar. (WILLEMS, 1980, p. 288).

A preservação da identidade étnica pautada na língua alemã, além das fronteiras da pátria de origem, é denominada de *Deutschtum*, que “engloba a língua, a cultura, o *Geist* (espírito alemão), a lealdade à

³ Para saber mais da tradição escolar dos menonitas na Prússia e na Rússia, ver Maske (1999) e Balhana (1980).

Alemanha, enfim, tudo o que está relacionado a ela, mas como nação e não como Estado”. (SEYFERTH, 1981, p. 46). De forma similar, pode-se entender que a manutenção de uma identidade menonita se constitui na *Mennonitentum* (menonitismo). Este termo foi difundido pelo periódico *Die Brücke (A Ponte)*, publicado por esta comunidade, para se referir aos preceitos e às características do grupo e também como uma forma de autoidentificação. Neste sentido, um menonita se autoidentifica enquadrando-se nas categorias de grupo de origem germânica, constituído por indivíduos zelosos pela educação, trabalhadores e esforçados, religiosos e, sobretudo, unidos. (BARBOSA, 2009). Devido à importância da comunidade, pode-se considerar Curitiba como um centro do *Mennonitentum no Brasil*.

A Escola do Boqueirão: entendendo esta experiência escolar

A Escola Boqueirão era uma edificação multifuncional: era o espaço escolar e moradia do professor durante a semana e aos domingos era o local de culto religioso. Barbosa (2010) relata que o processo de instalação da Escola do Boqueirão foi organizado pela comunidade que doou o terreno, o material de construção e fez a construção. O mobiliário escolar, feito em madeira, também foi realizado com trabalho de membros da comunidade. A edificação media 10mX7m, em madeira; tinha uma sala de aula com 18 alunos, que atendia as quatro séries do então primário. O ensino era multisseriado, com turmas mistas de meninos e meninas. (DIE BRÜCKE, n. 4, abril, 1936, p. 6-7; RENK, 2009).

Os primeiros professores eram membros da comunidade com formação pedagógica e experiência profissional.

Aproximadamente 12 famílias já moravam naquela época em Curitiba e haviam construído uma pequena Igreja/Escola na Rua das Pêras, atual Cristiano Strobel. O professor Heinrich H. Loewen ministrava as aulas nessa escola. [...] Essa casa era composta por uma sala um pouco maior, que era utilizada para a escola, cultos e outros eventos, um quarto menor, onde nossa família morava e uma cozinha. Esta cozinha era utilizada também para festividades onde eram servidos café e refeições. (BIBEL UND PFLUG, 2011, p. 1).

A comunidade primava em ter professores qualificados, mas, paradoxalmente os salários pagos não eram altos. O primeiro professor

foi o Sr. Heinrich Loewen, era formado no *Lehrerseminar de Chortitza (Seminário de Formação de Professores)*, na Rússia. Ele era professor experiente, tendo como exercício o ofício naquele país. O salário de “150 mil reis mais a lenha para o fogão” ensinava para um público de 18 alunos. (DUCK FILHO, 1980, p. 247). Outro professor, Franz Hubert, já havia ministrado aulas em Santa Catarina.

Barbosa (1980) explica que o método de ensino era o método intuitivo, do concreto para o abstrato, o aprendizado era “das coisas para os nomes”. (VALDEMARIN, 2001, p. 162). O método intuitivo, ou de “lição das coisas”, foi desenvolvido no final do século XIX pelo educador norte-americano Norman Allison Calkins, o qual foi amplamente incorporado nas escolas brasileiras.

A escola deveria atender os interesses da comunidade e manter a identidade cultural, o Mennonitentum.

Fora do enfoque religioso a prioridade absoluta era a criação e a manutenção de escolas locais para assegurar uma educação de bom nível. O objetivo era a formação de futuras lideranças cômicas da condição de menonitas, com conhecimentos gerais acrescidos de Religião, História da Igreja e Língua Alemã, tudo no interesse maior das respectivas comunidades. A história registra que a primeira construção mais sólida em novas colônias menonitas foi a escola, que, de início, funcionava como igreja aos domingos. (SIEMENS, 2010, p. 144).

A escola foi uma das primeiras edificações na colônia menonita de Curitiba e a trajetória social do grupo fazia da escolaridade um elemento importante para a manutenção da identidade menonita e também elemento de distintividade ante os brasileiros.

A nacionalização compulsória das escolas étnicas

Para a maioria dos imigrantes a educação era importante elemento cultural e de distinção ante os brasileiros. Ante o elevado número de escolas étnicas no Paraná,⁴ onde pouco ou nada se ensinava em língua

⁴ No Paraná havia mais de 200 escolas étnicas eslavas, as escolas alemãs, italianas, japonesas e de outras etnias. Praticamente em cada comunidade étnica havia uma escola onde a língua ensinada era a língua de origem do grupo e a língua portuguesa era a segunda língua. (RENK, 2009).

portuguesa, as autoridades educacionais intensificaram a fiscalização a partir do Código de Ensino de 1919, por entender que estas “desnacionalizavam” a infância. A Escola Boqueirão não fugia desta regra, como relata uma ex-aluna: “No meu segundo ano com o professor Franz Hubert [...], nos tínhamos que cada dia de manhã cantar o Hino alemão.” (FRIESEN, 2001, p. 31).

As políticas de nacionalização objetivavam a inclusão dos imigrantes à comunidade nacional. O processo de nacionalização, no Paraná, foi se construindo nas primeiras décadas do século XX, através da legislação educacional.⁵ Entre as medidas adotadas para nacionalizar os filhos dos imigrantes, a legislação previa que o ensino deveria ser ministrado em língua nacional, as escolas deveriam ministrar aulas de História e Geografia do Brasil, Educação Moral e Cívica, Educação Física, Canto Orfeônico. Além disso, outras medidas estatais previam as manifestações, as paradas e os desfiles patrióticos.

As escolas eram estimuladas a desenvolver manifestações cívicas nas datas e feitos importantes à memória nacional, como o Dia da Bandeira, do Descobrimento, da Inconfidência e outras. Também o Pavilhão Nacional era hasteado nos edifícios públicos. Era importante também investir na formação de um cidadão forte e mais uma vez a escola estava presente. (RENK, 2008, p. 6).

O processo de nacionalização teve como objetivo o “fortalecimento da consciência nacional de toda a população por meio da repressão de influencias externas”. (PRIEN, 2001, p. 425).

A culminância deste processo ocorreu em 1938, através do Decreto Federal Lei 406, com a nacionalização compulsória e o fechamento das escolas, sociedades e jornais étnicos. Esta lei estabelecia que

⁵ A título de ilustração pode-se citar que as leis de Educação, os Códigos de Educação, do Paraná, desde 1900, preconizavam o ensino em língua nacional, como a Lei Estadual 723 de 1907, a Lei 894, de 1909; o Código de Ensino de 1917, o Código de Ensino de 1919, a Lei 2.205, de 1920; o Decreto-Lei 2.157, de 1922. A partir de 1919, houve um recrudescimento, e o Estado impôs medidas para homogeneizar o ensino, como o Programa Oficial, o uso de livros didáticos prescritos. Para saber mais, ver Renk (2009).

[...] todo ensino fosse ministrado em língua nacional, que os cargos de professor e diretor fossem brasileiros natos, que nenhum livro de texto, jornal ou revista circulasse em língua estrangeira nos distritos rurais e que o currículo escolar deveria ter instrução adequada em História e Geografia do Brasil. Proibia o ensino de língua estrangeira a menores de 14 anos e ordenava que se desse lugar de destaque à Bandeira Nacional em dias festivos. (KREUTZ, 1991, p. 154).

Com este Decreto Federal, as escolas e as sociedades étnicas foram fechadas. Os livros didáticos em língua estrangeira foram proibidos de circular, assim como também os periódicos, os jornais e as revistas publicados em língua estrangeira e que circulavam nas comunidades étnicas. Ante o temor da política repressiva do governo Vargas, as famílias se desfizeram dos impressos em alemão e dos documentos escolares. Assim, inúmeros documentos que trazem elementos da história das escolas étnicas do Paraná se perderam.

Outros decretos foram formalizados para intensificar as ações de nacionalização do governo federal.

No âmbito federal, a regulamentação da nacionalização o ensino iniciou com o Decreto n. 406 de maio de 1938 [...]. Esse decreto foi seguido do n. 1.545 de 25 de agosto de 1939, considerando como o mais importante. Este proibia que a direção da escola ficasse a cargo estrangeiro, que se fizesse uso de língua estrangeira em assembleias e reuniões públicas, que a Educação Física ficasse ao encargo de um oficial das Forças armadas, indicado pelo comandante militar da região. Instruía ainda aos Secretários de Educação estaduais a construir e manter escolas em áreas de colonização estrangeira para a estimulação do patriotismo por parte dos estudantes, sendo que deveriam fiscalizar o ensino das línguas estrangeiras e intensificar o ensino de história e geografia do Brasil. Ainda tivemos o Decreto 3.580, de 3 de setembro de 1941, que complementavam o processo de nacionalização em diversos aspectos, o que significou efetivamente o término das escolas étnicas de imigrantes. (KREUTZ, 2010, p. 7).

A escola foi um espaço muito importante para o Estado pôr em prática o processo de nacionalização. Também foram criadas outras medidas que objetivavam homogeneizar a população, como a adoção de um programa escolar único, a adoção de livros didáticos e do mesmo

calendário escolar. O Estado esperava com estas medidas ter uma população homogênea. (NICÁCIO, 2008; RENK, 2009).

A comunidade menonita fez o seu processo de resistência à nacionalização compulsória. Criaram táticas para manter a identidade étnica, no sentido atribuído por Certeau (1994). As formas de resistência ante a nacionalização compulsória ocorreram no interior dos lares. A não adoção da língua portuguesa como primeira língua, naquele momento, representava uma forma de resistir e não perder a identidade étnica. O Decreto-lei 383, de 18 de abril de 1938, que fazia restrições ao uso do idioma alemão oficial e não fazia menção aos dialetos. Ante isso, os menonitas reforçaram o uso do *Plattdeutsch*, que continha traços do idioma holandês, mesmo nas pregações religiosas. (MASKE, 1999, p. 128). Este dialeto, até então, era falado no interior dos lares, passou a ser usado em outros espaços públicos, ate mesmo nas pregações dos cultos. (BARBOSA, 2010). Esta tática deu mais um “fôlego” para que o grupo continuasse se expressando em língua estrangeira e mantivesse a identidade étnica.

As crianças representavam o futuro e a comunidade deveria “através delas, o ensino da língua e história da pátria de origem não deve sofrer prejuízo, exercitando-se em casa a língua materna”. (FUGMANN, 2008, p. 124). A resistência silenciosa da comunidade fez com que, mesmo que a escola estivesse fechada, a comunidade manteve os valores culturais através da igreja e da organização comunitária.

A experiência da nacionalização compulsória no cotidiano dos menonitas

A repressão dos anos Vargas marcou as comunidades étnicas e suas formas de associação comunitária. Com a nacionalização compulsória, todos deveriam expressar-se no idioma nacional, em espaços públicos e “lhes foi expressamente proibido falar o idioma alemão, sob pena de prisão”. (MÜLLER, 2012, p. 258). Eram inúmeros os constrangimentos vividos pelos menonitas, por não se expressarem em português, em espaços públicos.

Meu pai foi, inclusive, uma vez levado pra cadeia, por causa de contar dinheiro em alemão... Zwanzig, Dreissig, Vierzig... [...] Atrás da porta tinha um médico que estava sondando o pessoal, em toda parte, até aqui nos cultos havia. (E. J., 2012).

A nacionalização compulsória estabelecia que professores e diretores de escolas fossem brasileiros natos. Os professores estrangeiros que não se naturalizaram foram demitidos. A entrevistada H.A. lembra “A primeira escola era particular. Meu pai foi diretor. Ele foi destituído por ser estrangeiro, por não ter se naturalizado. Daí veio uma professora que era esposa de um coronel, ela deu aulas por pouco tempo.”

A senhora Neli Hübert, filha do professor Franz Hübert, relata este momento:

Tudo transcorria normalmente até que em 1938 houve a intervenção do governo: nenhum estrangeiro poderia exercer o magistério. Nosso pai, de um dia para o outro, ficou desempregado. A esposa de um oficial assumiu a escola, que mais tarde foi fechada e os alunos transferidos para uma pequena escola perto do quartel do Boqueirão. (BIBEL UND PFLUG, 1996, p. 4).

As marcas da nacionalização compulsória ainda estão presentes na memória dos ex-alunos, apesar da distância temporal de mais de 70 anos. A senhora Helena Enns, cujo pai era professor e morava nas dependências da escola, relata que,

em 1938, a lei que proibia qualquer estrangeiro de atuar como professor entrou com força. O governo assumiu a escola e nós tivemos de nos mudar rapidamente da escola. E para onde ir? [...] Foram compradas algumas vacas, das quais mamãe cuidava. Papai conseguiu um emprego em uma fábrica de cerveja na Água Verde. (BIBEL UND PFLUG, 2011, p. 1).

O entrevistado M.N, que estudava na escola, também relata o que aconteceu com os professores: “Todos demitidos, não podiam mais dar aula. Praticamente não sabiam falar Português, né.” Esta escola permaneceu fechada por 12 anos e, naquele período, não foi aberta nenhuma escola pública na comunidade. As famílias buscaram vagas em outras escolas católicas como o Colégio Bom Jesus (para os meninos) e o Colégio da Divina Providência (para as meninas), ambas no centro da cidade de Curitiba.

As crianças, ao serem transferidas de escola, nem sempre conheciam a língua portuguesa. As escolas criaram algumas táticas que eram de

permitir que em algumas situações, os alunos se expressassem em língua alemã. “Às vezes escapavam algumas palavras, mas, as irmãs fechavam o olho e faziam de conta que não viam. Daí nós aprendemos mais o português e foi ficando mais fácil”. (H. A., 2013). Mas, em casa, os menonitas continuaram se expressando no dialeto alemão, pois não havia a fiscalização do Estado. Para as crianças em idade escolar, era uma situação ímpar, pois só podiam se expressar em português na escola e nos espaços públicos, mas, para as famílias aprender a língua materna era importante para não perder a identidade étnica. “Daí em casa começou a ‘guerra’: vocês têm que falar alemão.” (H.A., 2012). Este depoimento revela as tensões entre manter a identidade cultural e aprender a língua nacional no interior dos lares menonitas. Poutignat e Streff-Fenart (1998, p. 157) analisam que as fronteiras étnicas são produzidas e reproduzidas pelos atores no decorrer das interações sociais. Portanto, a nacionalização compulsória obrigou os menonitas a usar o espaço doméstico como espaço de resistência cultural.

Quando os depoentes foram indagados se, na escola, podiam se expressar em língua alemã, respondiam que não.

Eu me lembro que quando comecei no primeiro ano, na Divina, mal compreendia o português. No começo a gente confundia. Tinha a irmã Ancila que era a minha professora do primeiro ano, ela tinha muita paciência comigo. Eu não me lembro que os alunos tivessem problemas. Neste sentido, acho que se tivessem problemas, a gente lembrava”. (H. A., 2012).

O depoimento revela a cumplicidade e astúcia entre os professores e os alunos, para que estes compreendessem as lições em língua portuguesa. A mesma depoente, quando indagada se em casa a família passou a falar português, diz que não “em casa o pai tinha ensinado o alemão”. O espaço doméstico ficava longe do olhar vigilante do Estado, então a língua materna era falada.

A vida religiosa também foi afetada com a nacionalização compulsória. “Por um período de seis meses aproximadamente não houve culto porque não havia pregadores que falassem português, nem o pessoal entendia o português.” (H.H., 2012). Posteriormente, foi permitido que a igreja reabrisse e a comunidade pudesse se expressar no dialeto alemão. A comunidade foi constrangida com a política vigiando as

celebrações religiosas. “Aqui no Boqueirão houve uma interrupção. Minhas irmãs cantavam no coral e cantavam em *plattdeutsche*. Depois permitiram o culto neste dialeto que não era alemão, pois a polícia que entendia o alemão não entendia o dialeto.” (H.A., 2012).

Muitos menonitas tiveram que convencer as autoridades que o dialeto *Plattdeutsch* não era o idioma alemão, mas uma vertente do holandês. As autoridades brasileiras precisavam comprovar que esta não era a língua alemã, realizaram alguns testes práticos dos quais descreve o depoente M.N.: “[...] Então vamos fazer o seguinte: como se chama uma vaca em alemão?” “Eine Kuh” “E na língua de vocês?” “Eine Köhl”. Muda né? (risos). Então o culto podia ser em nossa língua, em *Plattdeutsch*. E assim foi né” (M. N., 2012).

Outro depoente relata que esta comunidade convenceu as autoridades de que a língua não era alemã e, assim, pôde fazer uso da mesma.

Eles conseguiram autorização do governo pra falar o *Plattdeutsch*, porque o *Plattdeutsch* não era alemão. [...] Sei que a polícia designou uma comissão pra examinar o caso. A comissão veio aqui, pegou alguns leiteiros, fez algumas perguntas [...] E aí constataram que o *Plattdeutsch* não tinha nada que ver com o alemão mesmo, com o alemão clássico (E.K., 2012) .

Astutamente, no sentido atribuído por Certeau (1994), os menonitas criaram mecanismos para burlar as autoridades policiais e continuar se expressando na língua materna. O temor de ser denunciado por desconhecer a língua portuguesa, as crianças eram ensinadas a não se expressar em alemão em certos espaços.

Íamos-nos para a escola, era só em português, no intervalo caminhávamos ate a rua conversávamos algumas frases em alemão entre a gente [...] a professora então nos proibiu de ir ate a rua nos intervalos, devíamos ficar próximos do prédio, isto e, não podíamos conversar nada, a professora Egle nos proibia de falar em alemão. (K. E., 2001 apud BARBOSA, 2010, p. 87).

Os menonitas também tiveram muitas dificuldades para registrar o nome de seus filhos nos cartórios.

[...] A atribuição de nomes alemães passou a ser cerceada. [...] Meu pai tentou me registrar “Heinz Udo”. O cartório exigiu que o primeiro nome fosse em português. Tornei-me então um “João Udo”. (SIEMENS, 2010, p. 199).

Dentre as práticas de assimilação dos imigrantes à comunidade nacional, a legislação obrigava o ensino do Hino Nacional em todas as escolas.⁶ A memória de ex-aluno ainda lembra este processo:

Na escola aprendíamos hinos que exaltavam o morrer pela pátria. Por exemplo, a seguinte estrofe: “Amo tanto esta terra. Quero tanto meu vasto Brasil. Que se um dia eu partir para a guerra, Eu irei bem contente e feliz.” Ou esta outra letra bem conhecida: “Brava gente brasileira, longe vá temor servil. Ou ficar a pátria livre, ou morrer pelo Brasil.” [...] Esse era o espírito dominante na época. (SIEMENS, 2010, p. 60-61).

Os eventos cívicos fazem parte da memória de ex-alunos. As datas cívicas, por força da lei, eram celebradas no espaço escolar. “Dia 19, da Bandeira, era uma festa na escola.” (M. F. apud BARBOSA, 2009, p. 153).

Uma rigorosa fiscalização, por parte das autoridades policiais, em busca de documentos, livros e jornais em alemão era parte dos constrangimentos vivenciados pela comunidade.

Só sei que aqui eles vasculharam as casas dos antigos professores, dos pastores. O meu avô tinha livros embrulhados em jornal enterrados no chão, livros de teologia, porque naquele tempo não existia plástico ainda, né. [...] Embrulhou no jornal e enterrou pra poder salvar um pouco do alemão. (risos) (E. J., 2012).

⁶ O Decreto Federal 19.488, de 15 de dezembro de 1930, estabelecia que todos os estabelecimentos escolares deveriam celebrar as festas nacionais. A Lei 259, de 1º de outubro de 1936, instituiu a obrigatoriedade do canto do Hino Nacional em todos os estabelecimentos de ensino e nas associações com fins educativos.

Em 1948, após doze anos, a Escola do Boqueirão foi reaberta, apenas como uma escola comunitária, administrada pela comunidade. Em 11 de julho de 1956, foi instituído o Ginásio Erasto Gaertner, que existe até hoje.

Considerações finais

As fontes de pesquisa demonstram que a construção da escola foi uma das primeiras medidas pelos menonitas ao instalar a colônia em Curitiba. O espaço escolar era multifuncional: servia como moradia do professor e também de espaço religioso. A comunidade assumia a escolaridade das crianças. O professor era um membro da comunidade com formação e experiência no ofício.

A formação escolar foi importante para esta comunidade étnica para diferenciar-se dos brasileiros e manter a identidade étnica. Os menonitas prezavam pela escolaridade dos filhos e não esperavam pela iniciativa do Estado. Trouxeram a experiência escolar comunitária da Prússia e da Rússia. Assim, o ato de construir a escola, produzir o mobiliário, pagar o professor foi assumido pela comunidade.

A escola era o espaço de manutenção da identidade cultural e religiosa, o *Mennonitentum*. Por estar à margem do aparelho escolar estatal, a organização dos saberes escolares, antes de 1938, ficou a critério da comunidade, que privilegiou a língua alemã e a educação religiosa.

Apesar deste grupo se diferenciar de outras comunidades alemães de credo católico ou protestante, também vivenciou a repressão do governo Vargas. Com a nacionalização compulsória em 1938, a Escola do Boqueirão foi fechada permanecendo assim por 12 anos. Nesse período, a comunidade ficou sem nenhuma escola. As crianças foram transferidas para outras instituições particulares ou públicas, mais distantes, onde vivenciaram os constrangimentos de não saber se expressar em português.

Os anos Vargas marcaram a comunidade, que passou por muitos constrangimentos, como a fiscalização na casa de professores em busca de livros e publicações em alemão, não poder se expressar na língua materna nos espaços públicos e o fechamento da escola. Apesar disso, a comunidade ainda se comunicava no dialeto *Plattdeutsch*, pois foi considerado uma vertente do holandês.

Pelo curto período de existência da Escola Boqueirão, antes da nacionalização compulsória, os documentos são escassos, pois inúmeros documentos escolares escritos em língua alemã foram enterrados durante os anos Vargas e acabaram se deteriorando. Desta forma, optou-se por busca nos periódicos publicados por esta comunidade e pelas entrevistas, como uma possibilidade para preencher esta lacuna.

Em 1948 a escola foi reaberta, mas o ensino passou a ser ministrado em língua portuguesa, conforme a estrutura curricular oficial. Como legado da nacionalização compulsória, pode-se considerar que o ensino da língua, da história e da cultura nacional foram para todas as crianças desta comunidade étnica.

Referências

- BALHANA, Altiya Pilati. Os menonitas no Brasil. In: PAULS JUNIOR, Peter. *Mennoniten in Brasilien: Gedenkschrift zum 50 Jahr – Jubiläum ihrer Einwanderung 1930-1980*. Witmarsum: [S.n.], 1980.
- BARBOSA, Francielly G. Mennonitentum: os menonitas e os processos de identificação (Curitiba, 1934-1948). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 25., 2009, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza, 2009.
- _____. *Para além da escola: identidade menonita e práticas socioeducativas*. (Curitiba, 1934-1948). 2010. Dissertação (Mestrado) – UFPR, PPGE, Curitiba, 2010.
- BARTH, Fredrik. *Ethnic groups and boundaries*. London: George Allens Unwin, 1969.
- BRAGHT, Thieleman J. Van. *Martyrs Mirror*. Scottdale, Pennsylvania and Waterloo, Ontario: Herald Press, 1999.
- BRASIL. *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1930 a 1945*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- CASTELLS, Manuel. Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede. In: CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 21-48. v. II.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CAIRNS, Earle R. *O cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja cristã*. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1995.

CUNHA, Manoela Carneiro da. *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Edusp, 1986.

DYCK, Cornelius J. *Uma introdução à história menonita*. São Paulo: Cristã Unida, 1992.

DUCK, Abram. *Abram Dück – Autobiografia: um peregrino a serviço do Senhor na igreja e na comunidade*. [S.l.: S.n.], 2006.

DUCK, Elvine Siemens. *Witmarsum, uma comunidade trilingüe*: Plautdietsch, Hochdeutsch e Português. 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPR, Curitiba, 2005.

DUCK FILHO, João. Colégio Erasto Gaertner: resumo histórico. In: PAULS JUNIOR, Peter. *Mennoniten in Brasilien: Gedenkschrift zum 50 Jahr – Jubiläum ihrer Einwanderung 1930-1980*. Witmarsum, 1980.

FRIESEN, Karl. *Construção da identidade menonita no Boqueirão*. 2001. (TCC) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2001.

FUGMANN, Wilhelm. *Os alemães no Paraná*. Ponta Grossa: Ed. da UEPG, 2008.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

GOERZ, Hans; KOOP, David. Anfang der Mennonitischen Siedlung in Boqueirão. In: PAULS JUNIOR, Peter (Org.). *Mennoniten in Brasilien: Gedenkschrift zum 50 Jahr – Jubiläum ihrer Einwanderung, 1930-1980*. Witmarsum: [s.n.], 1980. p. 193-195.

KREUTZ, Lúcio. Escolas de imigrantes em contexto de formação do estado-nação no Brasil. *Título jornal: CBHE III*, local: Paraná, data: novembro de 2004. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo6/473.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

_____. Escolas étnicas no Brasil e a formação do estado nacional: a nacionalização compulsória das escolas dos imigrantes (1937-1945). *Poiésis* – Revista do Programa de Pós-Graduação, Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

_____. *O professor paroquial*. Porto Alegre: Ed. da UFRS; Florianópolis: Ed. da UFSC; Caxias do Sul: Educs, 1981.

LOEWEN, Heinrich. Von Deutschland nach Brasilien. In: PAULS JUNIOR, Peter (Org.). *Mennoniten in Brasilien: Gedenkschrift zum 50 Jahr – Jubiläum ihrer Einwanderung, 1930-1980*. Witmarsum: [s.n.], 1980. p. 23-31.

MAROCHI, Maria Angélica. *Imigrantes 1870-1950: os europeus em São José dos Pinhais*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

- MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente*. São Paulo: Aneambi, 1955.
- MASKE, Wilson. *Bíblia e arado: os menonitas e a construção do seu reino*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.
- _____. *Entre a cruz e a suástica: a fé menonita e a tentação totalitária no Paraguai: 1933-1945*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- _____. A gênese da escola menonita no Brasil. Curitiba. *Anais do EDUCERE*, 2008, p. 523-533. Disponível em: <www.pucpr.br/evento/educere/educere2008/anais/pdf>. Acesso em: 24 out. 2013.
- MÜLLER, Estevão. *Documentário da imigração alemã nos Estados do Paraná e Santa Catarina*. Curitiba: Champagnat, 2012.
- NICÁCIO, Jamilly da Cunha. O Processo de Nacionalização do Brasil. *Contemporâneos: Revista de História Contemporânea*, maio/out. 2008. Disponível em: <<http://www.revistacontemporaneos.com.br/n2/pdf/oprocessodenacionalizacao.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2012.
- OLSON, Roger E. *História da teologia cristã: 2000 anos de tradição e reformas*. São Paulo: Vida, 2001.
- PAULS JUNIOR, Peter. *Mennoniten in Brasilien*. Palmeira: Ed. do Autor, 1980.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguimento de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Unesp, 1998.
- PRIEN, Hans-Jürgen. *Formação da Igreja Evangélica no Brasil: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo; Petrópolis: Sinodal; Vozes, 2001.
- RENK, Valquiria Elita. *A educação dos imigrantes alemães católicos em Curitiba*. Curitiba: Champagnat, 2004.
- _____. *Aprendi falar português na escola! O processo de nacionalização das escolas ucranianas e polonesas no Paraná*. 2009. Tese (Doutorado) – UFPR, Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2009.
- SEYFERT, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: F.C.C, 1981.
- _____. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996. p. 41-58.
- SHELLEY, Bruce L. *História do cristianismo ao alcance de todos: uma narrativa do desenvolvimento da Igreja Cristã através dos séculos*. São Paulo: Shedd, 2004.

SIEMENS, João Udo. *Quem somos? 1930-2010: a saga menonita: rompendo a barreira cultural*. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 2010.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Ensino da leitura no método intuitivo: as palavras como unidade de compreensão e sentido. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 18, p. 157-182, jul./dez. 2001.

_____. *Estudando as lições de coisas*. Campinas: Autores Associados, 2004.

WIENS, Helena. Erste Mennonitenfamilie im Curitiba. In: PAULS JUNIOR, Peter (Org.). *Mennoniten in Brasilien: Gedenkschrift zum 50 Jahr – Jubiläum ihrer Einwanderung, 1930-1980*. Witmarsum: [s.n.], 1980. p. 193-195.

WIENS, João. Entstehung der Siedlung Xaxim. In: PAULS JUNIOR, Peter (Org.). *Mennoniten in Brasilien: Gedenkschrift zum 50 Jahr – Jubiläum ihrer Einwanderung, 1930-1980*. Witmarsum: [s.n.], 1980. p. 195-197.

WILLEMS, Emile. *A aculturação dos alemães no sul do Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1980.

Periódicos:

Die Brücke, Witmarsum (SC) 1932 – 1938.

Bibel Und Pflug. Curitiba, Grafiven, mar. 1996; nov. 1989; maio 2001.

Bibel und Pflug. Witmarsum (PR), n. 9, jun. 1954.

Entrevistas

E.J. Entrevista concedida a Fábio de Oliveira. Curitiba, 25 de agosto de 2012 (iniciais fictícias).

M.N. Entrevista concedida a Fábio de Oliveira. Curitiba, 30 de agosto de 2012 (iniciais fictícias)

H.E. Entrevista concedida a Fábio de Oliveira. Curitiba, 10 de setembro de 2012. (iniciais fictícias)

H.H. Entrevista concedida a Fábio de Oliveira. Curitiba, 14 de set. 2012. (iniciais fictícias).

M.F. Entrevista concedida a Francielly Giachini Barbosa. Curitiba, 26 nov. 2009. (iniciais fictícias).

K.E. Entrevista concedida a Karl Friesen, Curitiba, 16 mar. 2001. (iniciais fictícias).

Submetido em 27 de novembro de 2013.

Aprovado em 7 de abril de 2014.

RESENHAS
REVIEWS